

10/01/2019

APEOESP

02

Acesse: [www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[imprensa@apeoesp.org.br](mailto:imprensa@apeoesp.org.br)

# Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNE** e **CUT**

## Secretário anuncia convocação de concursados PEB I e confirma recurso ao STF para resolver a questão da contratação dos professores da categoria O de 2015

Secretário anuncia convocação de concursados PEB I e confirma recurso ao STF para resolver a questão da contratação dos professores da categoria O de 2015

A Presidenta da APEOESP, acompanhada de outros Diretores, realizou hoje a primeira reunião com o novo Secretário Estadual de Educação. Na ocasião, afirmou esperar que possam ser encontradas soluções para os graves problemas que afligem professoras e professores da rede estadual de ensino, deixando claro que nossa entidade continuará lutando por todos os meios a seu alcance pela valorização profissional do magistério e pela qualidade da educação pública estadual.

Foram tratados os seguintes pontos na reunião:

### I. Concursos públicos e contratação dos professores da categoria O de 2015

A Presidenta da APEOESP expôs a preocupação do sindicato com a busca de uma solução imediata para resolver o impedimento da recontração de cerca de 8.500 professores temporários (categoria O), cujos contratos se iniciaram em 2015 e se encerraram em 2018, devido ao acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que determina que os ingressos de professores sejam feitos apenas por concursos públicos. A decisão do TJSP foi dada em ação movida pelo Ministério Público de São Paulo, que questiona a constitucionalidade da LC 1093/2009.

Em resposta, o Secretário confirmou que o Governo do Estado recorreu da decisão no Supremo Tribunal Federal (STF), estando o processo em mãos do Presidente daquela Corte, Dias Toffóli. A expectativa do Secretário é a de que seja concedida liminar na próxima semana para que possa resolver o problema emergencialmente.

### II. Convocação de PEB I concursados

Entretanto, segundo o Secretário, será necessário resolver o problema definitivamente quando, e se, a decisão do TJSP se tornar permanente. Por esta razão, a Secretaria iniciou processo para convocação de 3.230 Professores de Educação Básica I (PEB I) aprovados em concurso.

De acordo com ele, até o momento da posse, que ainda levará algum tempo para ocorrer, a intenção da SEE é recontratar PEB I temporários (categoria O) de 2015, uma vez que consiga a liminar do STF. A APEOESP vem lutando desde 2018 pela convocação de PEB I concursados.

A APEOESP reivindicou que, havendo ainda sobra de vagas, que possa existir uma etapa "estadualizada" deste concurso, pela qual o(a) professor(a) escolheria livremente a escola, independentemente do polo. O Secretário solicitará um parecer jurídico sobre essa possibilidade.

### III. Ação civil pública para convocação de PEB II concursados

O Secretário declarou que cumprirá de imediato, se houver, decisão judicial favorável à Ação Civil Pública impetrada pela APEOESP para a chamada de 15 mil Professores de Educação Básica II (PEB II) para preencher as vagas não ocupadas do último concurso. Face à falta de professores e ao acórdão do TJSP, na questão dos professores da categoria O de 2015, a APEOESP está buscando uma audiência de conciliação na qual se consiga esta decisão autorizando a chamada dos concursados.

Assim como no caso do concurso de PEB I, o Secretário comprometeu-se a recontratar os professores temporários cujos contratos venceram em 2018, desde que o STF conceda a liminar.

A APEOESP vem insistindo junto ao Estado, desde que quando o problema surgiu, para que o Governo Estadual busque interlocução com o TJSP para estabelecer um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para dar solução para esta grave situação, que afeta a vida de milhares de professores. Continuaremos lutando até que essa questão se resolva em favor da nossa categoria.

É importante lembrar que a APEOESP defende os concursos públicos e quer uma nova forma de contratação de professores temporários de acordo com a Estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação, com direitos equivalentes aos dos efetivos. No entanto, emergencialmente, é preciso impedir o desemprego de 8.500 professores e, ao mesmo tempo, impedir que milhares de estudantes fiquem sem aulas.

#### **IV. Reajuste salarial**

A APEOESP reivindicou do novo Secretário que atue no sentido de garantir reajuste à categoria para que não se amplie ainda mais a defasagem entre os salários da carreira e o valor do piso salarial profissional nacional, que foi ser reajustado neste mês de janeiro em 4,17%.

Com este reajuste, a defasagem do piso da carreira (PEB I, 20 horas) para o PSPN subirá para 12,7%, exigindo um reajuste total de 14,5%.

Assim o sindicato cobrou também o pagamento do reajuste dos 10,15% conquistado na justiça e respectivos atrasados que remetem a janeiro de 2017.

O Secretário disse considerar que os salários da rede estadual de ensino são muito baixos, que pretende estabelecer um diálogo para cumprir a data base da categoria (março) e que pretende realizar diversas reuniões até lá para estabelecer negociações. Quanto ao reajuste de 10,15%, declarou que ainda está se inteirando da situação e em breve discutirá o assunto com a APEOESP.

O sindicato apresentou ao Secretário também a reivindicação de que seja debatido um plano de valorização salarial da categoria, com garantia de reajustes anuais para recuperação do poder de compra e cumprimento da Meta 17 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação.

#### **V. Carreira**

A APEOESP solicitou ao Secretário que sejam retomadas as discussões para melhoria da carreira do magistério. O Secretário se dispôs a retomar esse processo, tendo em vista o objetivo de atrair e manter professores na rede estadual de ensino, pois reconhece haver alta evasão de profissionais em vista dos baixos salários e carreira deficiente.

#### **VI. Pagamentos com erros**

A Presidenta da APEOESP cobrou mais uma vez solução consistente e definitiva para os pagamentos

incorretos que estão deixando milhares de professores sem salários ou com salários reduzidos desde o mês de outubro. Cobrou, inclusive, que os acertos sejam feitos por meio de folha suplementar e créditos diretamente nas contas dos professores prejudicados, na medida em que os problemas sejam detectados e solucionados.

O Secretário determinou ao Coordenador da CGRH que apresente até o início da próxima semana o levantamento dos professores afetados e as soluções para este problema.

#### **VII. Base Nacional Comum Curricular**

A Presidenta da APEOESP questionou o Secretário sobre como pretende lidar com a implementação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio na rede estadual de ensino, por compreender que a implementação das áreas de conhecimento e da interdisciplinaridade não pode se dar com diluição ou eliminação de disciplinas e sim com o diálogo entre elas. Sugeriu que o Secretário estabeleça um amplo processo de discussão na base da categoria, em todas as escolas e nas regiões, a exemplo do que foi feito durante o Governo Montoro.

O Secretário disse que esse debate será realizado durante todo o ano, que não eliminará disciplinas e que, inclusive, poderá retomar debate sobre o currículo do ensino fundamental, se necessário.

A APEOESP realizará esse debate internamente para organizar a categoria para compreender e interferir no processo de implementação do currículo, defendendo nossa concepção educacional, a qualidade da educação e as reivindicações da categoria.

#### **VIII. CEEJA**

A APEOESP voltou a cobrar da SEE que reveja a Resolução SE 75 de 2018, que retirou dos professores que atuam em CEEJA o Horário de Trabalho Pedagógico e o Horário Pedagógico em Local de Livre Escolha, contrariando o artigo 10 do LC 836/97 (plano de carreira).

O Secretário afirmou que estudará o assunto, manifestando uma posição à APEOESP.

#### **IX. Implementação do Plano Estadual de Educação**

Por proposta da Presidenta da APEOESP, ficou acordado entre o Secretário da Educação e o sindicato que no mês de abril se iniciará um processo de debates sobre a implementação do Plano Estadual de Educação (PEE), sobretudo no que se refere à criação do Sistema Estadual de Educação (concretizando o regime de colaboração entre o Estado e os Municípios), e as Metas de valorização profissional (Metas 17 e 18) e ainda, as que dizem respeito à gestão democrática e o financiamento da educação.